PUBLIQUE-SE E DISTRIBUA-SE
15/12/2011

PCP

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Voto de Saudação 31/XII

Pela passagem do 35º Aniversário das Primeiras Eleições Autárquicas

A 12 de Dezembro assinalaram-se os 35 anos das primeiras eleições autárquicas, um momento inigualável, decorrente da conquista do Poder Local Democrático na Revolução de Abril e consagrado na Constituição da República Portuguesa. O Poder Local Democrático é expressão da vontade popular e constitui uma das mais progressistas e avançadas conquistas do povo português.

Assente nos princípios da autonomia administrativa e financeira, com um quadro de património e finanças próprias, plural e colegial, representativo dos interesses das populações, o Poder Local Democrático contribuiu decisivamente para o desenvolvimento local e para a melhoria das condições de vida das populações, através do investimento em infra-estruturas, em equipamentos educativos, culturais, desportivos e de índole ambiental e na diversidade das respostas às necessidades das populações.

No entanto, o Governo, a pretexto da redução da dívida, enceta um brutal ataque ao Poder Local Democrático, numa clara tentativa de responsabilização das autarquias pela situação em que se encontra o país. Não são apenas os aspectos economicistas que norteiam as propostas do Governo, estas visam objectivos mais profundos, de ataque ao Poder Local Democrático e de empobrecimento do próprio regime democrático. O que está em causa, é a liquidação da autonomia administrativa e financeira, a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, a degradação dos serviços públicos, para os entregar a entidades privadas, ou seja, um ajuste de contas com o Poder Local tal como foi configurado pela Revolução de Abril.

O documento verde para a reforma da administração local, a concretizar-se, conduzirá a um recuo civilizacional na vida democrática local. A alteração do sistema eleitoral para as Câmaras Municipais, deixando de ser eleitas directamente pelas populações; a redução do número de vereadores; o esvaziamento de competências dos Municípios, concentrando-as nas comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas e a extinção das freguesias, levará à criação de um poder absoluto a nível local, ao aumento da opacidade, ao fim da pluralidade, da colegialidade e da representatividade dos órgãos executivos municipais, reduzirá o controlo democrático e afastará as populações do Poder Local, com reflexos mais gravosos nas zonas de interior, onde os serviços públicos foram progressivamente encerrados, contribuindo para a desertificação do interior do país.

O reforço do Poder Local Democrático passa pelo respeito dos princípios constitucionais, pelo aprofundamento do regime democrático, pelo fortalecimento da autonomia local, pela justa repartição dos recursos públicos entre a administração central e a administração local, dotando-as dos meios de intervenção adequados para o pleno cumprimento das suas competências e para dar resposta às populações.

A Assembleia da República saúda o 35º aniversário das primeiras eleições autárquicas, livres e democráticas, reconhece o contributo do Poder Local Democrático no desenvolvimento do país e na melhoria da qualidade de vida das populações e assumindo a sua defesa e reforço, rejeita todas as acções ou omissões que violem os seus princípios conformadores, consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Assembleia da República, 15 de Dezembro de 2011

Os Deputados,

Paula Santos

António Filipe

Bernardino Soares

Miguel Tiago

Paulo Sá

Rita Rato

João Oliveira

Agostinho Lopes